

CONTINUAÇÃO



Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica – CEEE-G

eles deliberará ou submeterá à Assembleia Geral, conforme o caso; **XI** - a aprovação da comercialização de direitos provenientes dos resultados de pesquisa, desenvolvimento e inovação da Companhia, relacionados ao setor energético; **XII** - a autorização de aquisição e alienação de bens do ativo, constituição de ônus reais, prestação de garantias, obrigações e contratações em geral, ingresso em juízo, acordos e transações judiciais, conforme política de alçadas; **XIII** - a aprovação da designação de procuradores, advogados e prepostos; **XIV** - a movimentação de recursos da Companhia e a formalização das obrigações em geral, mediante assinatura do Diretor-Presidente e outro Diretor nos instrumentos respectivos. Por deliberação da Diretoria, esta competência poderá ser delegada a empregados investidos da condição de titulares de funções de confiança, relacionadas em Resolução específica de Diretoria, para movimentarem os recursos da Companhia a formalizar as obrigações em geral, e **XV** - a observação na Companhia dos princípios da licitação para compras, obras, serviços, locações de veículos, máquinas e/ou equipamentos a contratar e alienação de bens de acordo com a legislação federal e estadual que rege a matéria, ficando igualmente obrigada a observância dos critérios instituídos pelo Estado para concessão de auxílio e subvenções. **SEÇÃO V - DAS ATRIBUIÇÕES DO DIRETOR PRESIDENTE E DOS DEMAIS DIRETORES ESTATUTÁRIOS Art. 46** Sem prejuízo das demais atribuições da Diretoria Executiva compete ao Diretor-Presidente da Companhia: I - convocar e presidir as reuniões de Diretoria; II - praticar todos os atos de gestão não expressamente atribuídos pela lei nem pelo Estatuto aos demais administradores da Companhia; III - interpor, com efeito suspensivo as resoluções de diretoria, para submeter a matéria, no prazo de 30 (trinta) dias, à deliberação do Conselho de Administração; IV - dirigir e supervisionar os serviços da Secretaria-Geral da Diretoria; V - supervisionar toda a ação administrativa e propor à Diretoria Executiva a atribuição de áreas de ação dos demais Diretores; VI - praticar diretamente, ou atribuir aos Diretores os atos referentes à administração de pessoal; VII - cumprir e fazer cumprir as deliberações dos órgãos da administração, o Estatuto, os regulamentos, as normas e as leis, e expedir as instruções de caráter geral, para conhecimento e observância em toda a Companhia; VIII - avocar o conhecimento de qualquer assunto em curso na Companhia, para levá-lo a exame em reunião de Diretoria; IX - apresentar aos órgãos competentes, internos e externos, os relatórios de atividades, demonstrações financeiras e contábeis, balanços e pareceres técnicos e de auditoria, e documentos obrigatórios, nos prazos em que sejam exigidos; X - monitorar o plano de negócios da Companhia; XI - representar a Companhia, juntamente com outro Diretor, judicial ou extrajudicialmente, ou ainda perante outras sociedades, acionistas e o público em geral, podendo delegar tais poderes a qualquer Diretor, bem como nomear representantes, procuradores, prepostos ou mandatários; XII - presidir as Assembleias Gerais; XIII - desenvolver a política de relacionamento da Companhia com a sociedade e coordenar as atividades de imprensa, comunicação interna, eventos, publicidade, patrocínio e cerimonial; XIV - juntamente com outro Diretor, movimentar os dinheiros da Companhia e assinar atos e contratos, podendo esta faculdade ser delegada aos demais Diretores e a procuradores ou empregados da Companhia, com a aprovação da Diretoria Executiva; XV - ratificar, na forma da legislação em vigor, o ato da Companhia que deliberar pelo afastamento do país de seus respectivos empregados; XVI - exercer outras atribuições que lhe forem fixadas pelo Conselho de Administração, e XVII - incentivar a adoção de mecanismos e procedimentos internos de integridade que possibilitem a detecção e a correção de desvios, fraudes, irregularidades, e denúncia de irregularidades. **Art. 47** São atribuições dos demais Diretores, sem prejuízo de outras atividades que lhes forem atribuídas pelo Conselho de Administração: **§ 1º** - Compete ao Diretor de Geração: I - promover a prospecção, a avaliação e o desenvolvimento de projetos de expansão da oferta de energia; II - estabelecer diretrizes para o negócio de comercialização de energia e coordenar a participação da Companhia em leilões de energia; III - estabelecer diretrizes para os programas de manutenção e para o monitoramento do desempenho operacional das usinas em operação; IV - coordenar atividades relativas à regulação setorial dos negócios de geração, comercialização de energia e eficiência energética, e V - promover as atividades relativas à regulação setorial do segmento de geração de energia elétrica. **§ 2º** - Compete ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: I - promover o planejamento e controle econômico-financeiro, tributário e fiscal da Companhia; II - zelar pelo controle contábil, patrimonial e pela demonstração de resultado econômico-financeiro da Companhia; III - promover a análise econômico-financeira de investimentos e desinvestimentos, e IV - zelar pela gestão econômica e financeira das Sociedades de Propósito Específico e das participações minoritárias da Companhia. **§ 3º** - As atribuições dos demais Diretores, caso preenchidos seus cargos, serão definidas pelo Conselho de Administração. **SEÇÃO VI - DO CONSELHO FISCAL Art. 48** O Conselho Fiscal, de caráter permanente, compõe-se de, no mínimo 03 (três), e, no máximo, 05 (cinco) membros, e suplentes em igual número, eleitos pela Assembleia Geral, todos brasileiros residentes e domiciliados no país, acionistas ou não, com prazo de atuação de 02 (dois) anos, permitidas, no máximo, 02 (duas) reconduções consecutivas, assim constituído: I - até 03 (três) membros e seus suplentes, eleitos pelo acionista controlador, sendo que um destes, obrigatoriamente, deverá ser servidor público com vínculo permanente com a administração; II - 01 (um) membro e seu suplente, eleitos pelos acionistas minoritários que representem, em conjunto, 10% (dez por cento) ou mais das ações com direito a voto, quando existente; e III - 01 (um) membro e seu suplente, eleitos pelos titulares de ações preferenciais sem direito a voto, ou pelo voto restrito, quando existente. **Parágrafo único** - Atingido o prazo máximo previsto no *caput*, o retorno do membro do

Conselho Fiscal só poderá ocorrer após decorrido período equivalente ao prazo de um mandato. **Art. 49** A investidura em cargo de Conselheiro Fiscal da Companhia observará as condições impostas pela legislação aplicável. **§ 1º** - Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus cargos independentemente da assinatura de termo de posse, desde a respectiva eleição. **§ 2º** - O Conselheiro Fiscal deverá, antes de entrar no exercício das funções e ao deixar o cargo, apresentar declaração de bens à Companhia e ao Tribunal de Contas do Estado. **§ 3º** - A remuneração mensal devida aos membros do Conselho Fiscal não será inferior a 10% (dez por cento) da remuneração mensal média dos Diretores, excluídos os valores relativos ao adicional de férias e benefícios, sendo vedado o pagamento de participação no lucro da Companhia e o pagamento de remuneração em montante superior ao pago para os Conselheiros de Administração. **§ 4º** - Os Conselheiros Fiscais eleitos devem participar, anualmente, de treinamentos específicos sobre legislação societária e de mercado de capitais, divulgação de informações, controle interno, código de conduta, Lei nº 12.846/2013, e demais temas relacionados às atividades da Companhia. **§ 5º** - É vedada a recondução do Conselheiro Fiscal que não participar de nenhum treinamento anual nos últimos 02 (dois) anos. **§ 6º** - Os membros do Conselho Fiscal deverão exercer suas funções, que são indelegáveis, no exclusivo interesse da Companhia, considerando-se abusivo o exercício da função com o fim de causar dano à Companhia, ou aos seus acionistas ou administradores, ou de obter, para si ou para outrem, vantagem a que não faz jus e de que resulte, ou possa resultar, prejuízo para a Companhia, seus acionistas ou administradores. **§ 7º** - Aplicam-se aos membros do Conselho Fiscal a contratação de seguro (D&O) e contrato de indenidade, nos termos dos §§1º, 4º e 5º do artigo 30, do presente Estatuto Social. **§ 8º** - Aplicam-se aos membros do Conselho Fiscal as limitações previstas no *caput* e parágrafo único do artigo 31 do presente Estatuto Social. **Art. 50** Os membros do Conselho Fiscal elegerão em sua primeira reunião o seu Presidente, ao qual caberá encaminhar à Companhia, para cumprimento, as deliberações do órgão, com registro no livro de atas e Pareceres do Conselho Fiscal. **§ 1º** - Em caso de vaga, renúncia, impedimento ou ausência injustificada a 02 (duas) reuniões consecutivas ou 03 (três) intercaladas, nas últimas 12 (doze) reuniões, será o membro do Conselho Fiscal substituído, até o término do prazo de atuação, pelo respectivo suplente, cabendo a este a respectiva remuneração. **§ 2º** - Os membros do Conselho Fiscal terão ressarcidas suas despesas de locomoção e estada, sempre que residentes fora da cidade em que for realizada a reunião, e, somente de locomoção, quando residente na cidade. **Art. 51** No exercício de suas atribuições, compete ao Conselho Fiscal, sem prejuízo das competências previstas na legislação vigente: I - fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; II - opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral; III - opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, transformação, incorporação, fusão ou cisão; IV - exercer as atribuições, previstas nos incisos I a III deste artigo, no caso de eventual liquidação da Companhia; V - examinar o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna e o Plano Anual de Auditoria Interna; VI - examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar; VII - acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, podendo examinar livros, quaisquer outros documentos e requisitar informações; e VIII - fiscalizar o cumprimento do limite de participação da Companhia no custeio de benefícios de assistência à saúde e previdência complementar. **§ 1º** - Os órgãos de administração são obrigados, através de comunicação por escrito, a colocar à disposição dos membros em exercício do Conselho Fiscal, dentro de 10 (dez) dias, cópias das atas de suas reuniões e, dentro de 15 (quinze) dias do seu recebimento, cópias dos balancetes e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente e dos relatórios de execução de orçamentos. **§ 2º** - Os membros do Conselho Fiscal assistirão às reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, em que se deliberar sobre os assuntos em que devam opinar (incisos II, III e VI deste artigo). **Art. 52** O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, 01 (uma) vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente do Colegiado. **§ 1º** - O quórum mínimo para reunião e aprovação de matéria no Conselho Fiscal é de 03 (três) Conselheiros. **§ 2º** - As reuniões do Conselho Fiscal serão realizadas na sede da Companhia, facultada a participação por meio de teleconferência, videoconferência, internet ou por qualquer outro meio de comunicação que possibilite a discussão em tempo real entre os membros do Conselho Fiscal, os quais serão considerados presentes.

Uma cópia devidamente assinada do voto proferido por qualquer membro do Conselho Fiscal que participar remotamente de reunião do Conselho Fiscal deverá ser enviada via carta registrada, e-mail ou carta entregue em mãos (i.e., protocolada), na data da reunião, para o devido registro e arquivamento na Companhia. Em qualquer caso, as deliberações tomadas nas reuniões do Conselho Fiscal deverão ser registradas em atas assinadas pelos presentes nos livros próprios. **CAPÍTULO V - DO EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Art. 53** O exercício social coincidirá com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se a 31 de dezembro de cada ano, e obedecerá, quanto às demonstrações financeiras, aos preceitos da legislação federal sobre energia elétrica, aos da legislação sobre as sociedades por ações e ao presente Estatuto Social. **§ 1º** - Em cada exercício, será obrigatória a distribuição de dividendo não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado nos termos da Lei das S.A., assegurando-se: I - às Ações Preferenciais, se emitidas, um dividendo anual mínimo, não cumulativo, de 10% (dez por cento), sobre o capital próprio a essa espécie de ações, sendo entre elas rateado igualmente, ou, pelo menos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária, o que trazer maior retorno aos preferencialistas. II - às Ações Ordinárias, havendo saldo, um dividendo anual não cumulativo, o qual será entre elas rateado igualmente. **§ 2º** - Os valores dos dividendos e dos juros pagos ou creditados a título de remuneração sobre o capital próprio, devidos aos acionistas, sofrerão incidência de encargos financeiros, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios, quando esse recolhimento não se verificar na data fixada pela Assembleia Geral. **§ 3º** - O valor dos juros, pagos ou creditados, a título de juros sobre o capital próprio, nos termos do artigo 9º, §7º, da Lei nº 9.249/1995, e da legislação e regulamentação pertinente, poderá ser imputado aos titulares de ações ordinárias e ao dividendo anual mínimo das ações preferenciais, integrando tal valor ao montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais. **CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS Art. 54** A Auditoria Interna será vinculada administrativamente à Presidência e hierarquicamente ao Conselho de Administração. **Art. 55** A Companhia terá uma área responsável pela verificação de cumprimento de obrigações e de gestão de riscos, que se reportará diretamente ao Diretor-Presidente e será liderada por Diretor Estatutário, nos termos da Lei nº 13.303/2016, com atribuições relativas ao gerenciamento de riscos, controles internos, *compliance*, programa de integridade e, código de conduta. **§ 1º** - O Diretor responsável pela referida área poderá se reportar diretamente ao Conselho de Administração em situações em que se suspeite do envolvimento do Diretor-Presidente em irregularidades ou quando este se furtar à obrigação de adotar medidas necessárias em relação à situação a ele relatada. **§ 2º** - Para o exercício de suas atribuições, a área terá assegurada a sua atuação independente e o acesso a todas as informações e documentos necessários. **Art. 56** Os casos omissos no presente Estatuto Social serão regidos pela legislação vigente. Os acionistas e demais integrantes da mesa aprovaram o Estatuto Social. **Documento I**, em anexo, a fim de que a redação dos dispositivos aprovados seja submetida à JUCISRS - Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. O Presidente da Assembleia colocou a palavra à disposição dos acionistas, não tendo ninguém se manifestado. **ENCERRAMENTO:** Concluída a matéria da Ordem do Dia, o Sr. Marco do Camino Ancona Lopez Soligo encerrou a Assembleia. **LAVRATURA DA ATA:** Foi autorizada a lavratura desta Ata na forma de sumário permitido pelo parágrafo 1º, do artigo 130, da Lei nº 6.404/76. A Ata foi lida, aprovada e assinada, extraindo-se as cópias necessárias e destinadas aos fins legais. Porto Alegre, 12 de janeiro de 2021. Marco do Camino Ancona Lopez Soligo, Presidente da Assembleia e representante da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE-Par, Giovanni Francisco da Silva, representante da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE-Par, Paulo Roberto Dias Pereira, representante do Conselho Fiscal, Roberto Bezerra Machado, Coordenador Jurídico da Companhia, OAB/RS 62.379, Luciana Hoffmann Teixeira, Secretária da Assembleia e Secretária-Geral da Companhia. **AUTENTICAÇÃO:** Na qualidade de Diretor-Presidente da Companhia, declaro ser a presente, extrato da ata original lavrada no livro próprio da Sociedade, nº 1, folhas 02 a 16. Porto Alegre, 12 de janeiro de 2021. **JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL:** Certifico o registro em 19 de fevereiro de 2021, sob o número 7568555 e protocolo 21/040623-2 da Empresa 43300065502, Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves. Secretário-Geral.



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

EXTRATO DE EDITAL

A Câmara Municipal do Rio Grande torna público para conhecimento dos interessados que será realizado Pregão Eletrônico, nº 002/2021 – **Material para manutenção de ar-condicionado**. O edital está em: www.camarariogrande.rs.gov.br. Portal para realização do pregão www.banrisul.com.br ou www.pregaoonlinebanrisul.com.br
DATA DA ABERTURA: Dia: 17/03/2021
Hora: 14h 01m.

Rio Grande, 03 de março de 2021.
Ver. Filipe de Oliveira Branco - Presidente



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALDANHA MARINHO

Aviso de Licitação

O Município de Saldanha Marinho - RS torna público o seguinte processo licitatório: Pregão Presencial nº002/2021 – no dia 18 de março de 2021, às 9 horas, para contratação de empresa especializada em oficinas de música. Maiores informações na Avenida Silva Tavares nº 1127, em Saldanha Marinho-RS, ou pelo telefone (55)3373-1172. Edital na íntegra pelo site www.saldanhamarinho.rs.gov.br. Saldanha Marinho, 03 de março de 2021.

João Elcio da Fonseca
Prefeito Municipal



Estado do Rio Grande do Sul PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA FRANCISCA

Pregão Eletrônico nº 03/2021 e Pregão Presencial 02/2021

O Município de DONA FRANCISCA-RS, torna público que realizará as 09h00min do dia 17/03/2021 Pregão Presencial para aquisição de Materiais de Construção e as 08h00min do dia 22/03/2021 Pregão Eletrônico que tem por objeto a aquisição de Medicamentos. O pregão eletrônico estará disponível no site www.comprasgovernamentais.gov.br e demais informações poderão ser obtidas junto à Secretaria da Administração pelo telefone (55)3268-1578 ou pelo site da Prefeitura Municipal www.donafrancisca.rs.gov.br. **Dona Francisca (RS), 04 de março de 2021 – Olavo José Cassol – Prefeito Municipal**



Estado do Rio Grande do Sul PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO IRMÃOS CIDADE SÍMBOLO DA IMIGRAÇÃO JUDAICA DO BRASIL

AVISO DE ABERTURA DE EDITAL DE LICITAÇÃO PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA - ME/EPP

GIOVAN POGANSKI, Prefeito de Quatro Irmãos/RS, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, que fica aberto o seguinte Edital: **TOMADA DE PREÇOS nº 002/2021**, com Objetivo de Contratação de Empresa para a prestação de serviços de Consultoria e Assessoria Contábil., com Data de Abertura marcada para o dia 24/03/2021, às 09:00. O edital encontra-se à disposição no endereço eletrônico www.quatroirmaos.rs.gov.br, informações serão prestadas no Departamento de Licitações pelo fone (54) 3614-1107.

Quatro Irmãos - RS, 03/03/2021
GIOVAN POGANSKI
Prefeito Municipal

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE VENÂNCIO AIRES

AVISO DE LICITAÇÃO –

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 008/2021

O MUNICÍPIO DE VENÂNCIO AIRES, RS, torna público, para o conhecimento dos interessados que no dia 06/04/2021, às 09 horas, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, sita à Rua General Osório, 1515, 4º andar, nesta cidade, serão recebidos e abertos os envelopes de documentação e propostas relativas ao Edital em epígrafe, que tem por objeto o Registro de Preços de Materiais de Limpeza e Higiene, conforme especificado no referido Edital. Cópias do Edital contendo detalhes poderão ser obtidas no site: www.venancioaires.rs.gov.br, ou pelo telefone (51) 2183-0299. Gabinete do Prefeito Municipal, em 03/03/2021.

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2021

O MUNICÍPIO DE VENÂNCIO AIRES, RS, torna público, para o conhecimento dos interessados que está procedendo ao Chamamento Público para fins de CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas para prestação de serviços de fisioterapia aos usuários do SUS. Os credenciamentos poderão ser encaminhados a partir do dia 05/03/2021, mediante requerimento no Protocolo da Prefeitura Municipal. Cópias do Edital contendo detalhes poderão ser obtidas no site: www.venancioaires.rs.gov.br, ou pelo telefone (51) 2183-0299. Gabinete do Prefeito Municipal, em 03/03/2021.

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE VENÂNCIO AIRES, RS, no uso de suas atribuições legais, comunica aos interessados que está procedendo à CHAMADA PÚBLICA, para fins de habilitação de fornecedores e recebimento das propostas de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, em conformidade com a Lei nº 11.947/09 e Resolução FNDE nº. 06/2020. O prazo para a entrega dos envelopes será no dia 29/03/2021, às 09 horas, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, sita à Rua General Osório, 1515, 4º andar, nesta cidade. Cópias do Edital contendo detalhes poderão ser obtidas no Setor de Licitações desta Prefeitura, ou pelo telefone (51) 2183-0299. Gabinete do Prefeito Municipal, em 03/03/2021.



Estado do Rio Grande do Sul PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLEDADE SECRETARIA DA FAZENDA

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2021

A Secretaria Municipal da Fazenda da Prefeitura Municipal de Soledade, através da Comissão de Licitações, leva ao conhecimento dos interessados que se encontra aberto Edital Pregão Presencial Registro de Preços nº 32/2021, tipo **menor preço unitário por item**, para a **Eventual e Futura Aquisição de Gêneros Alimentícios**. A sessão pública para credenciamento e recebimento dos envelopes será no dia **01 de Abril de 2021 às 08h30min**, no Salão Nobre Adão Martins de Freitas da Prefeitura Municipal de Soledade. Maiores informações encontram-se à disposição dos interessados no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Soledade, das 08h às 11h30min e das 13h às 16h, na Av. Júlio de Castilhos, 898, Centro, ou pelo E-mail – compras@soledade.rs.gov.br / licitacoes@soledade.rs.gov.br, ou ainda pelo telefone (054) 3381-9000.

Soledade, 24 de Fevereiro de 2021.

MARILDA BORGES CORBELINI
PREFEITA MUNICIPAL DE SOLEDADE

MUNICÍPIOS

Lajeado anuncia mudanças nos serviços de saúde

A secretaria municipal da Saúde de Lajeado vai alterar, a partir de quinta-feira, o funcionamento de alguns serviços de saúde do município para priorizar os atendimentos relacionados ao Covid-19. A mudança será feita para qualificar o atendimento mais necessário neste momento, considerando a quantidade de casos ativos no município, a elevada demanda de atendimentos de pacientes com sintomas gripais por Covid-19 na atenção básica e o alto grau de lotação dos serviços de maior complexidade, urgência e emergência, como a UPA e o Hospital Bruno Born (HBB).

Com estas alterações, a secretaria busca ampliar o atendimento dos pacientes com síndrome gripal e, ao mesmo tempo, manter os demais serviços de saúde abertos para os demais atendimentos. Com isso, o Posto de Saúde do Centro retoma o atendimento exclusivo de pacientes com suspeita de Covid-19, mantendo o horário de funcionamento ampliado das 7h30 até 19h. Já Centro de Saúde Montanha não terá mais atendimento Covid-19. O posto seguirá fazendo apenas o teste RT-PCR para gestantes assintomáticas com agendamento prévio.

Além disso, dentre as medidas divulgadas, atendimentos eletivos do Posto do Centro e da ESF São José Praia serão realizados na rua Santos Filho, 345, bairro Centro, das 7h30 às 11h30 e das 12h30 às 16h30. O Centro de Assistência Psicossocial (Caps) Álcool e Drogas estará atendendo juntamente com o Caps Adulto, das 8h às 18h.